

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO A SER
REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2022

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Cobertura de Seguros de Veículos do Município de Nova Friburgo.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, sociedade seguradora, com sede na Avenida Rio Branco nº 1489 e Rua Guaianases nº 1238 – São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.198.164/0001-60, ora Impugnante, vem, respeitosamente, com fundamento na lei nº 8.666/93, apresentar

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

pelos motivos fáticos e jurídicos expostos a seguir, esperando o seu completo acolhimento.

I – DAS PRELIMINARES

Inicialmente, cumpre salientar que a licitação visa, por meio de processo público que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, selecionar a proposta mais vantajosa à Administração.

Esta pode ser considerada a síntese da finalidade da licitação, produto da interpretação combinada do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal Brasileira com o art. 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93, cujos respectivos teores a Impugnante ora transcreve:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes e selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, são ações que a um só tempo satisfazem tanto o interesse dos licitantes quanto o interesse público, consistente na capacidade de contratar e empregar bem o dinheiro público.

Feitas essas considerações iniciais, cumpre à Impugnante esclarecer porque se opõe a parte do edital, ora impugnado.

Conforme restará demonstrado a seguir, este Município, instaurou processo licitatório para a contratação de empresa, do ramo de seguros, visando segurar sua frota de veículos.

II – DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

Conforme preambularmente exposto, o presente edital pretende a contratação de empresa para prestação de serviços de cobertura de seguros de veículos do Município de Nova Friburgo.

Ao que pese o aludido edital prever de forma objetiva e clara os termos da contratação, pedimos a devida vênia para divergirmos dos seguintes itens:

5.2 do anexo I, prevê cobertura total, inclusive para máquinas e tratores. Vejamos o trecho do edital:

5.2 A(s) contratada(s) obrigar-se a(ão) dar COBERTURA TOTAL PARA OS VEÍCULOS DO LOTE 1 E TRATORES/MAQUINAS DO LOTE 2. Assistência 24h (vinte e quatro horas) 7 (sete) dias por semana, em todo território nacional.

5.3.17 do anexo I – Forma de realização do serviço, que prevê a exigência de carro reserva compatível e em caso de pane. Vejamos o trecho do edital:

5.3.17 Cobertura adicional gratuita de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro; assistência dia e noite (24 horas) com socorro mecânico cobertura de guincho ilimitada (lanças e plataformas); assistência com guincho livre de quilometragem e de atendimento; transporte das pessoas (ilimitado o número de pessoas) por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo; previsão de serviço de taxi; carro extra por 30 (trinta) dias em caso de sinistro, pane mecânica ou elétrica para veículos compatíveis com o objeto do sinistro.

5.3.18 do anexo I – Valor da cobertura, que prevê 100% da tabela fipe para máquinas. Vejamos o trecho do edital:

5.3.18 Valor de cobertura: 100% do valor de referência da tabela FIPE (<https://veiculos.fipe.org.br/>) para veículos pertencentes à Frota Municipal, constantes no Lote 1 e veículos do Lote 2;

Contudo, tais itens do edital estão em total desacordo com o mundo segurador, isso porque o mercado não possui assistência e vidros para máquinas, carro reserva compatível com o exigido, bem como, não existe carro reserva para *pane*, afetando, portanto, a competitividade neste certame.

Além do mais, máquinas não podem ser cotadas com as coberturas, franquias e condições de seguro para veículos. As mesmas devem ser cotadas como *riscos diversos*, pois tratam-se de equipamento.

Fica evidente que a exigência contida no edital representa óbice à participação de seguradoras com proposta mais vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal. Neste sentido caminha a regra contida no art. 8º do Decreto 3.555/2000:

*“Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras: I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento**, devendo estar refletida no termo de referência; II...”*
(grifo nosso)

A exigência editalícia por consequência acaba por afrontar o disposto constitucional no que tange aos processos licitatórios. O Texto Constitucional, em seu art. 37, inciso XXI, determina que:

*“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**”*

Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93:

“É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato”, ressalvadas exceções (§§ 5º a 12 do artigo e

art. 3º da Lei n. 8.248/91, que dizem respeito a produtos manufaturados, serviços e informática)”

Então, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências que a administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

Em atendimento ao preceito constitucional, resta claro que as exigências acima mencionadas, obsta a participação de diversos interessados no certame.

Trata-se, portanto, de cláusulas restritivas, as quais em diversas oportunidades o Tribunal de Contas da União já se manifestou contrariamente a tal pretensão de alguns órgãos da Administração Pública:

Fornecimento de vale-refeição: a exigência de comprovação de rede credenciada próxima ao ente público demandante deve ser feita somente no momento da contratação

(...)

Nesse sentido, concluiu o relator tratar-se, efetivamente, de cláusula restritiva e que potencialmente afastaria diversos interessados na prestação dos serviços, em confronto com o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Acolhendo o voto do relator, o Plenário decidiu fixar prazo ao SESC/SP para anular a aludida exigência editalícia, sem prejuízo de determinar à entidade que, nas próximas contratações de serviço de fornecimento de vales-refeição para suas unidades, faça constar a exigência de comprovação de rede credenciada próxima às unidades do SESC/SP apenas na fase de contratação, com fixação de prazo para que a vencedora do certame credencie os estabelecimentos comerciais localizados nas imediações das unidades a serem atendidas. Acórdão n.º 2581/2010-Plenário, TC-016.159/2010-1, rel. Min. Benjamin Zymler, 29.09.2010.

Assim, tais exigências, além de serem desnecessária e ineficazes, impossibilitam a participação de seguradoras no presente certame, portanto acaba por trazer novos custos à administração pública, pois invariavelmente será necessário instaurar novo procedimento licitatório.

8 do anexo I – Da franquia, que prevê franquia a 4% da tabela fiipe e para máquinas que seja considerada a tabela *via consult*. Vejamos o trecho do edital:

8.1 A franquia considerada será de, no máximo, 4 (quatro) % do valor do veículo segurado conforme Tabela FIPE (<https://veiculos.fipe.org.br/>) ou, para os veículos que não constem da referida tabela, deverá ser observado o mesmo percentual máximo, utilizando-se como referência os valores constantes da tabela Via Consulti (<https://www.viaconsulti.com.br>), observando-se, no entanto, o seguinte: (...)

A Prefeitura de Nova Friburgo informa que para a formalização do contrato de seguro dos 243 veículos da sua frota e 29 máquinas, a franquia será de 4% da *fipe* e para as máquinas a tabela será a *via consulti*.

Apesar do princípio básico que norteia a licitação seja a busca pelo melhor preço, respeitando a igualdade de condições entre os participantes, tal princípio, não permite ao órgão licitante a imputação de valor irrisório para contratação do seu seguro, sob pena, de violar o princípio da razoabilidade.

O princípio da razoabilidade permite que se adote parâmetros equânimes entre as partes que formalizarão qualquer negócio jurídico, sem que haja abusivo de poder ou excesso de vantagem para umas das partes.

Com define Maria Sylvia Zanella de Pietro o princípio da razoabilidade:

O princípio da razoabilidade entre outras coisas, exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins que ela tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto.

Diante desse conceito básico trazido acima, não pode o órgão licitante ignorar tal princípio e insistir na contratação de seguro com tal limitação de franquia, levando em consideração que o valor da *fipe* altera constantemente e que para veículos médio e pesados não possuem valor publicado, bem como, que a tabela *viaconsulti* não é uma tabela oficial de consulta.

Um dos aspectos que é observado pelo órgão licitante, conforme regras da lei de licitação, é a observância da oferta de preços correntes no mercado, sendo inclusive, o desrespeito desse requisito motivo para desclassificação da empresa interessada no certame.

Inclusive, o decreto 2271/1997 que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, prevê a obrigatoriedade do respeito aos valores praticados no mercado, conforme artigo 3º, § 2º:

Art . 3º O objeto da contratação será definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato exclusivamente como prestação de serviços.

§ 2º Os órgãos e entidades contratantes poderão fixar nos respectivos editais de licitação, o preço máximo que se dispõem a pagar pela realização dos serviços, tendo por base os preços de mercado, inclusive aqueles praticados entre contratantes da iniciativa privada.

Apesar do referido decreto se referir a licitações com órgãos federais verifica-se que a regra de respeito ao valor de mercado é imprescindível, o que deve ser estendido para qualquer contratação com órgão público. Não se pode aceitar seguro de veículos com franquia no importe requerido pela Licitante

Importante esclarecer que a franquia nada mais é a que a participação obrigatória do segurado em caso de sinistros parciais.

Cumpra-se sobre a diferença entre os 02 tipos de franquia existentes, senão vejamos:

Franquia Normal: Com a contratação da franquia normal o segurado participa com um valor de franquia estabelecido para o veículo de acordo com a sua categoria tarifária. Geralmente, o dobro da franquia reduzida.

Franquia Reduzida: Na franquia reduzida o segurado participa com a metade do valor da franquia normal.

O próprio artigo 43, inciso IV da Lei 8666 preceitua que o órgão licitante deve observar rigorosamente os valores praticados pelo mercado durante a verificação das propostas apresentadas. Abaixo, temos a letra da lei:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

O Superior Tribunal de Justiça inclusive já se manifestou acerca da possibilidade de revogação de licitação, caso os preços praticados não sejam praticados pelo mercado. Senão vejamos:

- Assunto: LICITAÇÕES. DOU de 01.06.2010, S. 1, p. 132. Ementa: determinação à Coordenação-Geral de Logística do MJ e ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) para que, na elaboração de estimativas de preços de seus procedimentos licitatórios: a) apurem, com acuidade, o valor de mercado do objeto licitado, recorrendo, quando se tratar de objeto com escassos fornecedores no país, a informações quanto aos preços praticados no mercado internacional, inclusive junto ao próprio fabricante, visando a garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em atenção ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993; b) explicitem, quando for o caso, todos os custos e despesas envolvidas no preço final estimado, tais como impostos, taxas aduaneiras, fretes, seguros, treinamentos, assistência técnica, e outras, no intuito de aferir com precisão os valores praticados no mercado e de forma a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (itens 9.5.2.1 e 9.5.2.2, TC-032.097/2008-4, Acórdão nº 1.147/2010- Plenário).

III – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer seja:

(a) Atribuído efeito suspensivo a presente impugnação até a sua apreciação, a fim de que seja evitada a execução de atos que possam vir a ser declarados nulos;

(b) Requer a supressão dos itens **5.2 do anexo I**, **5.3.17 do anexo I – Forma de realização do serviço** e **5.3.18 do anexo I – Valor da cobertura** visto que o objeto da licitação é a seleção de proposta mais vantajosa visando a contratação de empresa para prestação de serviços de cobertura de seguros de máquinas e veículos do Município de Nova Friburgo, não podendo existir qualquer tipo de cláusula restritiva que acarrete em prejuízo para angariamento da melhor proposta para a Administração Pública;

(c) Sejam revistos os valores de franquia previstos para a contratação do seguro da frota e máquinas, sob pena de violar o princípio da razoabilidade, já que impõe valores bem abaixo do mercado.

Nestes termos,
Pede deferimento.

São Paulo, 28 de Março de 2022.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS